

Apresentação do dossiê

Márcia Denise Pletsch
Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Sem dúvida nas sociedades contemporâneas temos avançado enormemente na implementação de políticas públicas que garantam a escolarização de pessoas com deficiências, sobretudo, com a ampliação das chamadas políticas de educação inclusiva fundamentadas em princípios da diversidade humana e da equidade de oportunidades.

Para além dos avanços é importante compreender como os governos e as sociedades têm articulado as diretrizes da educação inclusiva com as suas propostas educacionais? Que suportes educativos vêm sendo propostas para garantir a inclusão de alunos com deficiências, especialmente as mais acentuadas? Como essa proposta tem impactado as políticas de currículo? Que práticas curriculares têm sido desenvolvidas nas escolas públicas? Que recursos pedagógicos são necessários para o ensino de alunos com deficiências? As políticas de inclusão escolar garantem inclusão social? Qual é o papel da Educação Especial enquanto área do conhecimento frente a essas propostas políticas? O que dizem as pesquisas científicas sobre a implementação dessas políticas? Como esses alunos vêm participando das avaliações formais realizadas na escola?

Para refletir sobre algumas dessas questões o presente dossiê apresenta um conjunto de artigos de autores de diferentes Estados brasileiros (Sul, Sudeste, Nordeste, Norte), os quais analisam possibilidades e apresentam dados sobre a escolarização do público alvo da Educação Especial numa perspectiva inclusiva desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Para abrir o dossiê temos dois artigos que discutem a implementação de propostas de educação inclusiva no ensino Superior.

O primeiro artigo **“Legislação brasileira e acessibilidade física no ensino superior: uma abordagem (ex/in)clusiva?”** de autoria de Carolline Septimio, Genylton Odilon Rêgo da Rocha e Geovana Mendonça Lunardi Mendes, apresenta a partir de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), uma discussão sobre como a legislação brasileira tem abordado a acessibilidade física nas instituições de ensino superior. Aos autores concluem que a despeito dos avanços significativos da legislação brasileira no tocante ao tema, a

acessibilidade vem sendo abordada de modo excludente, pois determina a construção, reforma e ampliação de espaços destinados aos estudantes que possuem deficiências, o que, para os mesmos, denota uma abordagem exclusiva no uso dos espaços físicos e não garante o acesso e permanência de todas as pessoas.

No artigo seguinte, também sobre o Ensino Superior, as autoras Andreia Ines Dillenburg e Andrea Forgiarini Cecchin discutem no artigo **“Novas realidades do ensino Superior a distância: a inclusão de universitários com deficiência”** a inclusão de pessoas com deficiência no Curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal de Santa Maria a partir implementação da Resolução 011\2007. O texto mostra os desafios encontrados pela equipe coordenadora do Curso e as estratégias adotadas para atender aos estudantes com deficiência.

No artigo **“Acessibilidade ao currículo através do uso do computador para estudantes com autismo”**, de autoria de Mara Monteiro Cruz e Fabiana Ferreira do Nascimento, são apresentadas reflexões sobre a utilização de recursos da Informática para promover acessibilidade ao currículo na perspectiva do desenho universal da aprendizagem de dois alunos com autismo, matriculados em uma escola pública do Ensino Fundamental no Rio de Janeiro.

Dando continuidade a discussão sobre práticas pedagógicas Susana Couto Pimentel, no artigo **“Didática a serviço da inclusão de estudantes com deficiência na escola comum”**. De acordo com as discussões da autora a didática numa concepção emancipadora e pode estar a serviço da inclusão de estudantes com deficiência. Para tal, a escola ao favorecer a criação de condições para que todos tenham o direito de aprender garantido, favorece o acesso aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e autonomia.

No texto **“Estágio extracurricular e educação inclusiva: dilemas e percepções de alunos do primeiro ano de um Curso de Pedagogia”**, as autoras Ana Paula de Freitas e Débora Dainez discutem a partir das políticas de educação inclusiva, ações voltadas às formas de organização escolar para assegurar o acolhimento educacional de alunos com deficiência. Segundo as autoras, uma das iniciativas tomadas pelas redes de ensino tem sido a contratação de estagiários de cursos de licenciaturas para acompanhamento de alunos com deficiência na sala de aula comum. A partir da análise dos discursos das discentes de Pedagogia que realizam estágio extracurricular, entre outras questões, as autoras, refletem sobre a participação na dinâmica da sala de aula em que há alunos com deficiência, às funções que lhes são atribuídas e aos dilemas enfrentados no cotidiano escolar pelas futuras professoras.

Em seguida, nos três artigos que se seguem, são apresentadas questões relativas a formação de professores. O artigo de Hector Renan da Silveira Calixto apresenta um interessante debate sobre a educação de surdos no texto **“O ensino de Libras na formação de professores:**

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 4, N.1 – pág. 4 - 7 – (jan. – abr. de 2018): “Questões contemporâneas sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

DOI: 10.12957/riae.2018.29630

formas de perceber o surdo e a Língua de Sinais". O autor analisa as percepções de graduandos em Pedagogia e Geografia perceberem o surdo e a Libras. A pesquisa indicou, entre outros resultados que, a disciplina de Libras acaba impactando para a mudança de concepção clínica e terapêutica sobre a surdez para uma concepção antropológicas em que o surdo é visto como diferente e sujeito de direito de da Libras como primeira Língua.

Em seguida Flávia Pansini e Edi Carlos de Souza apresentam no artigo intitulado "**As atribuições e as oportunidades de formação do professor de sala de recursos multifuncionais: uma pesquisa em Rolim de Moura- Rondônia**" são abordadas as atribuições desempenhadas por uma professora que atua em sala de recursos multifuncionais confrontando-as com as oportunidades de formação a que teve acesso. Os resultados do estudo qualitativo evidenciaram, também, que a professora possuía uma quantidade significativa de atribuições às quais não podiam ser desempenhadas com qualidade tendo em vista a reduzida jornada de trabalho. Igualmente, ficou claro que a maior preocupação tem sido com o quantitativo de alunos atendidos no espaço da sala de recursos multifuncionais e com a qualidade desse atendimento.

O artigo "**Dimensões de atuação em contexto inclusivo: a aula de arte mediada pelo segundo professor**" de autoria de Regina Finck Schambeck e Katheryne Vieira da Luz, são apresentadas ricas contribuições sobre o professor de artes, o segundo professores e a Educação Especial, de modo a ampliar as reflexões sobre o currículo e suas modificações para atender a diversidade dos alunos presentes na escola inclusiva. A pesquisa realizada numa escola do Estado de Santa Catarina apresenta dados importantes sobre as atividades desenvolvidas, as funções das segundas professoras no contexto escolar e, principalmente, ações de parceria entre as duas categorias de profissionais envolvidas no processo de inclusão de alunos com deficiência. Nesse sentido, o artigo contribui com o necessário debate sobre a formação inicial e/ou continuada.

No nono artigo do dossiê "**A elaboração conceitual de alunos com deficiência intelectual: apontamentos a partir das Provas de Luria**", Roberta Pires discute a elaboração de conceitos em alunos com deficiência intelectual a partir das indicações do método de investigação de conceitos de Luria. Os resultados evidenciaram, entre outros aspectos, as possibilidades e os caminhos a serem seguidos para que estes alunos tenham acesso aos conhecimentos historicamente construídos.

Para finalizar o dossiê temos o artigo de Maíra Gomes de Souza da Rocha e Márcia Denise Pletsch apresentam no artigo "**Comunicação alternativa como instrumento externo de compensação: possibilidades para a aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências**" uma interessante reflexão a partir de dados de uma pesquisa qualitativa com base na teoria

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 4, N.1 – pág. 4 - 7 – (jan. – abr. de 2018): "*Questões contemporâneas sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*".

DOI: 10.12957/riae.2018.29630

histórico-cultural de Vigostki a importância da comunicação alternativa para alunos com múltiplas deficiências não oralizados. Longe de esgotarem o debate, as autoras verificaram em sua pesquisa que, além de possibilitar a interação e a comunicação dos sujeitos, a comunicação alternativa, também, pode favorecer a compensação e o desenvolvimento destes sujeitos.

Esperamos que os textos apresentados neste dossiê possam instigar novas abordagens e temáticas, bem como ampliar as reflexões sobre as possibilidades dos sujeitos público da Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

Desejamos, ainda, que o dossiê contribua com o aprofundamento do diálogo entre a Educação Especial, a Educação e as demais áreas das Ciências Humanas.